

(A Ideologia Alemã – Introdução)

1. Texto e contexto

A Ideologia Alemã é uma obra escrita por K. Marx e F. Engels nos anos de 1845/1846. Sem dúvida, a mais importante no que se refere à elaboração dos fundamentos de uma nova concepção de história.

Para entender o significado mais profundo dessa obra é preciso compreender o momento histórico-social em que ela foi escrita e, ao mesmo tempo, o momento na trajetória intelectual dos seus autores.

Como se sabe, Marx e Engels viveram no século XIX. Um século de uma importância extraordinária na história da humanidade. É neste momento, na virada do século XVIII para o século XIX, que chega ao seu pleno florescimento a sociedade burguesa. Esse florescimento é o resultado de um conjunto de transformações – econômicas, políticas, sociais, ideológicas, culturais – impulsionadas pela dinâmica do capital, que a levaram a se tornar plenamente madura, vale dizer, plenamente social. Esta maturidade significava que, neste momento, a sociedade atingiu uma forma que a distinguia claramente da natureza, embora mantendo sua vinculação insuperável com ela. A realidade social se torna plenamente social. É isso que permite que ela possa ser conhecida em sua legalidade própria, ou seja, como algo que é produzido pela atividade humana e não por forças naturais ou sobrenaturais.

Por outro lado, a sociedade burguesa, por ser baseada numa forma de exploração do homem pelo homem que mistifica as relações sociais, também oculta a sua verdadeira natureza. Ao transformar as relações sociais em relações entre coisas faz com que estas relações apareçam como se fossem naturais. Como consequência, as relações de exploração não aparecem como produtos da atividade humana, mas como algo que independe dos homens.

A completude da revolução burguesa também tem outra consequência importante. Juntamente com a classe burguesa, também adentra o cenário histórico uma outra classe, que terá uma importância fundamental para o futuro da humanidade. Trata-

se da classe proletária. Pela primeira vez na história da humanidade não só a classe dominante, mas também a classe dominada abre uma perspectiva para toda a humanidade. Esta classe, por sua vez, é também a primeira que exige, por sua própria natureza, a superação radical da exploração do homem pelo homem. Mas, para isso ela precisa de um tipo de saber, de um conhecimento da realidade social, de uma concepção de mundo radicalmente diferente daqueles que orientavam a construção da sociedade burguesa. Este novo tipo de saber era absolutamente necessário para que ela pudesse orientar a sua luta pela construção dessa nova forma de sociabilidade.

Ora, a elaboração desse novo tipo de saber implicava a crítica do modo dominante de pensar e a elaboração de fundamentos novos e diferentes para compreender a realidade social. O modo de pensar tradicional era marcado pelo idealismo e pelo empirismo. Segundo o idealismo, é a atividade intelectual que cria a realidade social. O empirismo, por sua vez, simplesmente narra os fatos como eles se apresentam de modo imediato. Este modo de pensar falseia, embora de modo não intencional, o conhecimento da realidade social contribuindo, assim, para reproduzi-la segundo os interesses das classes dominantes.

É este conjunto de circunstâncias que permite entender o surgimento das idéias que estão expressas nessa obra.

Mas, também é fundamental compreender o momento da trajetória intelectual dos autores para entender o significado dessa obra. Esta nova concepção de mundo, por ser radicalmente nova e não simplesmente o conhecimento de um tema parcial, implicou um processo de busca intensa, de mudanças profundas, de desbravamento de um terreno completamente desconhecido. Implicou também a passagem dos próprios autores de uma concepção ainda marcada pelo idealismo para uma concepção materialista. Contudo, também não se tratava de um materialismo mecanicista e sim de caráter histórico, social e dialético.

Essa transição, do idealismo ao materialismo, se deu ao longo de alguns anos, mais precisamente, de 1837 a 1846, com uma inflexão significativa nos anos de 1843/1844. O ponto culminante da elaboração dos fundamentos dessa nova concepção se encontra precisamente nessa obra chamada *A Ideologia Alemã*. Nela Marx e Engels fazem uma crítica de alguns autores alemães, que expressavam a maneira idealista de pensar, e esboçam os fundamentos da concepção materialista da história.

Como Marx mesmo adverte, esse texto foi escrito como um meio de passar a limpo os fundamentos dessa nova maneira de pensar, que para ele e Engels tinham ficado claros ao longo desses anos. Dificuldades surgidas na publicação desse trabalho fizeram com que ele fosse deixado de lado e nem sequer recebesse uma forma final apropriada. Como Marx conta no Prefácio da Introdução à Crítica da Economia Política, em 1859, eles abandonaram o manuscrito à “crítica roedora dos ratos”, já que tinham atingido o seu objetivo que era o de ver com clareza esses novos fundamentos.

Felizmente, os ratos foram “camaradas” e não se interessaram por esse texto. O que nos permite, hoje, ter acesso a essa preciosidade que são os fundamentos dessa nova forma de entender a realidade social.

Contudo, é preciso ter sempre em mente que esse texto é um manuscrito, que não recebeu uma forma final para publicação. Trata-se, portanto, de um esboço. Suas idéias centrais permanecerão inteiramente válidas, mas algumas delas sofrerão correções e aprofundamentos em obras posteriores. Além disso, escrito em 1845/1846, permaneceu durante muitos anos desconhecido, somente sendo redescoberto e publicado em 1932, pelo Instituto de Marxismo-Leninismo de Moscou. Ao longo desse tempo, páginas foram perdidas e outras se deterioraram, dificultando enormemente a sua ordenação e compreensão. Além do mais, tratava-se, especialmente na primeira parte, referente a Feuerbach, onde aparecem mais claramente os fundamentos da concepção materialista da história, de um trabalho inacabado, cheio de interrupções, lacunas, correções e rasuras.

Vale lembrar que toda obra, de qualquer autor, deve ser lida, sempre, com espírito crítico. Mais ainda, quando se trata de uma obra, como esta, que não recebeu de seus autores uma forma definitiva.

2. Idéias fundamentais

Nada disso diminui a importância dessa obra. Não obstante as ponderações feitas acima, os elementos fundamentais dessa concepção de mundo radicalmente nova estão claramente visíveis. Poder-se-ia dizer que esta concepção está resumida na frase, presente nessa obra, em que eles afirmam que “*Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência*”. Vale dizer, não são as idéias, os produtos da consciência que constituem o fundamento, a matriz da realidade social. São as

relações materiais, concretas, que os homens estabelecem entre si que explicam as idéias e as instituições que eles criam. Por isso mesmo, para se ter uma compreensão adequada da realidade, não se pode nem partir nem permanecer no mundo das idéias. É preciso buscar a conexão que elas tem com a realidade objetiva. Só esta conexão permitirá entender o que os homens pensam, por que pensam desse modo e também as idéias errôneas que eles criam a seu respeito. Criticando os pensadores alemães, Marx e Engels afirmam: *A nenhum deste filósofos ocorreu perguntar qual era a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a conexão entre a sua crítica e o seu próprio meio material.*

Por isso mesmo, enfatizam eles, o ponto de partida para compreender a história deve ser concreto, real, objetivo. Nas palavras deles: *“Os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas. São pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação. Estes pressupostos são, pois, verificáveis por via puramente empírica”.*

Deve-se, pois, partir daquelas atividades básicas, sem as quais é impossível a continuidade da existência humana. Este ponto de partida não é uma escolha arbitrária. É uma exigência do processo real. Os autores enfatizam: *...somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso, antes de tudo, comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. Vale dizer, para viver é preciso produzir os bens necessários à existência. Isto é trabalho, ou seja, uma transformação intencional da natureza. Essa transformação intencional, por sua vez, implica a fabricação de instrumentos necessários a essa tarefa. Mas, é importante observar que, ao transformar a natureza, os homens não produzem apenas os bens materiais necessários à sua existência, mas também a si mesmos e as suas relações sociais. Por isso os homens são radicalmente históricos e radicalmente sociais, isto é, são eles que se criam inteiramente a si mesmos e a toda a realidade social, através da atividade coletiva.*

O trabalho, portanto, e não as idéias, aparece aqui como o fundamento da vida social. É ele a única categoria que faz a mediação entre os homens e a natureza. Todo o processo histórico se desenvolve a partir desse fundamento. É a partir das relações que

os homens estabelecem entre si na transformação da natureza que surgirão determinadas idéias, valores e instituições políticas e jurídicas.

Compreender a história é, pois, apreender, em cada momento, a articulação que existe entre estas relações materiais de produção e as variadas formas de idéias, valores, normas, relações e instituições que os homens criam no decorrer do processo. Segundo os autores: *Esta concepção de história consiste, pois, em expor o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conectada a este modo de produção e por ele engendrada (...) como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação enquanto Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas da consciência....*

Entender a história é também apreender as relações contraditórias que vão se configurando entre os homens a partir das formas concretas da produção; como essas contradições vão dar origem à divisão do trabalho, ao surgimento da propriedade privada, à exploração do homem pelo homem, às classes sociais e à luta entre elas, ao problema da alienação, bem como a determinadas instituições jurídicas e políticas necessárias à reprodução de cada forma de sociabilidade.

Esta concepção de história permite compreender que tudo é radicalmente histórico e social, isto é, que nenhuma forma de sociabilidade é imutável, o que significa que a divisão da sociedade em classes sociais não é, de modo nenhum, a forma definitiva da sociedade. Permite, também, entender que a superação da exploração do homem pelo homem, da propriedade privada, das classes sociais, do Estado, da alienação e a instauração de uma sociedade igualitária e comunista é uma possibilidade real e não apenas uma aspiração subjetiva. Além disso, também deixa inteiramente claro que um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, capaz de gerar riqueza em abundância para todos é uma condição absolutamente indispensável para a construção de uma sociedade comunista.

Percebe-se, imediatamente, que essa concepção de história, além de ser materialista e não idealista, também tem na categoria da totalidade a sua categoria fundamental. Pois a realidade social não é feita de partes autônomas, que possam ser compreendidas isoladamente. A realidade social é uma totalidade, ou seja, um conjunto de partes que, tendo o trabalho como sua matriz, vai se configurando ao longo do

processo histórico-social. O que significa que nenhuma dessas partes pode ser compreendida sem que seja apreendida a sua relação com os outros momentos da realidade social.

Como dissemos acima, nesta obra estão lançados os fundamentos de uma concepção radicalmente nova de mundo. Radicalmente nova porque põe a descoberto a raiz mais profunda da realidade social e com isso instaura uma compreensão inteiramente diferente das anteriores. Uma concepção que responde aos interesses da classe proletária porque, ao permitir a compreensão do processo histórico-social como totalidade, também fundamenta uma transformação revolucionária da sociedade. Uma compreensão que não precisa falsear a realidade porque o conhecimento de como as coisas realmente são interessa à classe que tem por objetivo fundamental transformar radicalmente a sociedade.

É esta concepção de história que norteará todo o trabalho teórico e prático de Marx e Engels até o fim de suas vidas e que estabelecerá um patamar radicalmente novo de produção do conhecimento científico e filosófico.

Maceió, janeiro de 2009

Ivo Tonet